

REPORTAGEM

Imposto Seletivo gera temor na indústria gaúcha do tabaco

OSNI MACHADO

osni.machado@jornaldocomercio.com.br

A possibilidade de aumento da tributação sobre produtos de tabaco na regulamentação do Imposto Seletivo preocupa uma das principais cadeias exportadoras do Rio Grande do Sul. Embora as alíquotas ainda não tenham sido definidas pelo governo federal, a Associação Brasileira da Indústria do Fumo (Abifumo) avalia que uma elevação da carga tributária poderá ampliar o mercado ilegal, reduzir a competitividade da indústria formal e gerar impactos sobre produtores rurais, empregos, exportações e arrecadação.

Previsto pela reforma tributária, o Imposto Seletivo foi instituído pela Emenda Constitucional nº 132/2023 para incidir sobre bens considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente. As alíquotas específicas ainda serão encaminhadas pelo governo federal ao Congresso Nacional.

Para o diretor-executivo da Abifumo, Edimilson Alves, a modernização do sistema tributário é positiva, desde que não resulte em aumento de impostos para um setor que já está entre os mais tributados do País. “O posicionamento da cadeia produtiva é claro: a regulamentação do Imposto Seletivo não deve representar aumento da carga tributária, sob risco de comprometer a sustentabilidade da indústria legal no Brasil”, afirma.

Segundo Alves, a entidade acredita que a proposta poderá chegar ao Congresso por Medida Provisória ou Projeto de Lei em regime de urgência, o que reduziria o tempo para discussão técnica. Sem a definição das alíquotas, ainda não é possível calcular o impacto sobre os preços, mas a entidade sustenta que novos aumentos estimulariam o consumo de produtos ilegais.

A principal preocupa-

ção da Abifumo é o fortalecimento do mercado clandestino. Conforme o dirigente, “não tratamos mais esse cenário como um risco, mas como uma consequência previsível caso a carga tributária seja elevada sem considerar a alta infiltração do mercado ilegal”. Dados apresentados pela entidade indicam que, em 2019, cerca de 57% do consumo nacional de cigarros foi abastecido por produtos ilegais. A projeção é que a diferença de preço entre o produto legal e o clandestino possa chegar a aproximadamente 100%, ampliando a vantagem competitiva das organizações criminosas.

Na avaliação da entidade, o avanço do mercado ilegal reduziria a participação da indústria formal, diminuiria a arrecadação pú-

blica, inibiria investimentos e provocaria reflexos sobre empregos e produtores rurais. Segundo Alves, uma eventual perda de competitividade afetaria toda a cadeia produtiva, reduzindo a demanda por matéria-prima, a renda dos produtores e a atividade econômica de municípios dependentes da fumicultura.

A Abifumo defende que a reforma tributária seja utilizada para simplificar o sistema, fortalecer o combate à sonegação e ampliar a segurança jurídica, sem elevar a carga tributária do setor. Com esse objetivo, a entidade, juntamente com o SindiTabaco-RS e o SindiTabaco-BA, mantém diálogo com o governo federal e parlamentares para defender uma regulamentação que preserve

o nível de arrecadação registrado em 2023.

Os números da cadeia produtiva ajudam a dimensionar essa preocupação. Segundo dados apresentados pela Abifumo, em 2025 o Rio Grande do Sul respondeu por aproximadamente 90% das exportações brasileiras de tabaco, com embarques de US\$ 3,048 bilhões e 513,6 mil toneladas. Conforme a entidade, o produto representou 14,17% das exportações gaúchas, consolidando-se como o segundo principal item da pauta exportadora estadual.

Ainda de acordo com a Abifumo, a cadeia produtiva sustenta milhares de empregos diretos e indiretos e exerce papel relevante na economia de municípios como Santa Cruz do Sul e

Venâncio Aires. Em Santa Cruz do Sul, levantamento citado pela entidade aponta que as empresas do setor responderam por mais de 70% do ICMS recolhido pelas 20 maiores contribuintes do município em 2024.

Outro fator que amplia a preocupação do setor é o cenário internacional. Segundo Alves, a indústria já enfrenta dificuldades em razão do aumento das tarifas impostas pelos Estados Unidos. “A principal lição é que aumentos excessivos de tributação não eliminam o consumo, mas alteram o mercado”, resume o dirigente. Para a entidade, a regulamentação do Imposto Seletivo deverá buscar equilíbrio entre arrecadação, competitividade da indústria formal e combate ao mercado ilegal.

SINDITABACO/DIVULGAÇÃO/JC



Embora as alíquotas ainda não tenham sido definidas pelo governo federal, a Abifumo avalia que uma elevação da carga tributária poderá ampliar o mercado ilegal